

O caráter partilhado da construção da significação

Neusa Salim Miranda*

*O homem é um animal
suspenso nas teias de significação
que ele próprio tece*
Geertz

Resumo



Este artigo tem como objeto de estudo a dimensão social do processamento da significação. O enquadre teórico recortado neste estudo conjuga reflexões cognitivistas sobre a significação (Lakoff, Fauconnier, Turner, Sweetser, Salomão), com contribuições de estudos focados na interação, como os trabalhos de Goffman, Clark, Vion, além das teses de Tomasello acerca da dimensão cultural da cognição humana. O prisma teórico construído a partir da unificação dessas reflexões corresponde à **Hipótese Sócio-Cognitiva da Linguagem**, desenvolvida no Brasil pelo grupo de pesquisa *Gramática e Cognição* (UFJF/UFRJ/UERJ).

* UFJF

Introdução

Começemos pelos dados:

Em um edital de um concurso público municipal para provimento de cargos para trabalhadores braçais, publicou-se a seguinte orientação: **As provas serão de 8 às 11h**. Resultado: candidatos se apresentaram para fazer as provas em horários diversos: 9h, 9h e 15 min, 10h...¹

O exemplo ilustra, de forma inequívoca, o caráter partilhado da construção da significação, um dos pilares fundamentais sobre o qual se assenta o programa de investigação lingüístico que vem se emoldurando sob o rótulo de **Hipótese Sócio-cognitiva da Linguagem** (SALOMÃO, 1997, 1998, 1999).

A possibilidade de interpretar a cena descrita a partir de dois esquemas ou modelos culturais distintos explica o equívoco.

O primeiro, seria um esquema de *prova* que teria uma estrutura aspectual contínua: um evento único e contínuo, como ilustra a figura a seguir:



O segundo seria um esquema de *consulta médica* que teria uma estrutura aspectual iterativa: um evento constituído de vários micro-eventos internos, como ilustra a figura abaixo:



A interpretação produzida por trabalhadores pouco letrados que freqüentam muito mais as filas dos INSS que os bancos escolares foi certamente a primeira.

Firmado a partir da sustentação do caráter social da cognição humana, o princípio do partilhamento nos processos de significação põe em relevo a participação dos interactantes. O sentido não seria, pois, uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma atividade conjunta que presume cooperação, consentimento. Em outros termos, significa dizer que a linguagem é conhecimento para o outro, que o sentido é uma construção situada no jogo, no drama da interação. É assim, pois, que informações idênticas podem ser processadas de modo distinto em contextos diferentes.

Em seu sentido mais amplo, tal afirmação acerca do caráter social da significação não pleiteia qualquer espaço de ineditismo nos domínios da investigação lingüística contemporânea. Diferentes tradições de estudos interacionistas vêm sustentando tal premissa e mesmo certos paradigmas de viés cognitivista a subscrevem em seus postulados. É o caso da vertente da Lingüística Cognitiva – com a qual nos emparelhamos em diversos pontos – liderada por nomes como LAKOFF(1987), FAUCONNIER (1994, 1997), SWEETSER (1990) SWEETSER e FAUCONNIER (1996), dentre outros.

1 Este exemplo foi recolhido de um curso da Profa. Dr.a Margarida Salomão.

Há, no entanto, uma diferença a ser relevada entre o cognitivismo praticado por tal grupo e a agenda investigativa sustentada pela Hipótese Sócio-cognitiva. O cerne dessa dissensão está no fato de os cognivistas anunciarem a dimensão contextualizada do processo de significação, mas acabarem, de fato, presos a um trato do usuário como **um agente essencialmente cognitivo**. É uma questão de FOCO: o que é para esses estudos a periferia, é para o sócio-cognitivismo o centro. O coração da atividade interpretativa está no caráter social da cognição e, portanto, no sujeito interativo – um sujeito que constrói a identidade, o conhecimento, na dialogia, no partilhamento com o outro. O objetivo é, pois, fazer cumprir uma agenda: sem sujeitos ou cenas idealizados, buscar flagrar o processo de significação, desvelando-lhe a face cognitiva, social e lingüística. O compromisso de, no trato analítico, não fugir da complexidade da chama.

É, pois, sobre o caráter social e cultural da cognição humana que estão firmados os pilares do sócio-cognitivismo. E é para essa direção que convergem argumentos e evidências com que recentemente fomos brindados em um belíssimo estudo no campo da antropologia evolutiva sobre **as origens culturais da cognição humana** (TOMASELLO, 1999). A perspectiva assumida pela autor empresta à dimensão social da cognição o peso da distinção entre a espécie humana e outros primatas, favorecendo grandemente a Hipótese Sócio-cognitiva da Linguagem. Uma meta-teoria acerca da cognição humana é proposta por TOMASELLO, articulando argumentos nas dimensões da filogênese, da sociogênese e da ontogênese.

O autor começa por colocar um enigma e uma hipótese. **O enigma é a questão do tempo**. Os dois milhões de anos que separam os seres humanos de outros grandes macacos é um tempo muito curto em termos de processos biológicos evolutivos normais para explicar cada uma das habilidades cognitivas necessárias para o homem moderno inventar e manter complexos instrumentos industriais e tecnológicos, complexas formas de comunicação simbólica e representação e complexas organizações e instituições sociais (TOMASELLO, 1999:2). A hipótese de TOMASELLO é de que tudo isso resulta de um modo único, específico de transmissão cultural. *Os seres humanos desenvolveram uma forma singular de cognição social: a construção da identidade em termos da projeção entre contrapartes*, ou seja, a habilidade de os organismos individuais se projetarem e se reconhecerem e aos de sua espécie em correspondência homológica em duas configurações básicas: primeiro, como **agentes intencionais** e, mais tarde, como **agentes mentais**. Essa nova forma de cognição social tornou possível novos processos de herança cultural (evolução cultural cumulativa), transformando em sistemas de dimensão coletiva, ou seja, em modelos culturais, as habilidades cognitivas individuais. Nos termos de TOMASELLO (1999: 209):

Talvez essa novidade única tenha mudado a forma de os seres humanos interagirem uns com outros, e com muito esforço e muito tempo histórico essas novas formas de interagir tenham transformado fenômenos básicos aos primatas como comunicação, domínio, troca e exploração em instituições culturais humanas equivalentes, como linguagem, governo, dinheiro e ciência – sem qualquer evento genético adicional.

Concebidas em uma dinâmica cultural de transmissão e renovação contínua, as transformações nos diferentes domínios da atividade humana não ocorreram de forma instantânea. Assim, por exemplo, no domínio da atividade social, o primata, precursor do Homo Sapiens, já se comunicava com os outros de forma complexa quando passou a ver o outro como um agente intencional e, a partir daí, foi preciso algum tempo para que esse novo entendimento do outro engendrasse as formas simbólicas de comunicação.

Para TOMASELLO, está resolvido o enigma do tempo: essas são transformações passíveis de ocorrer em um tempo histórico (alguns milhares de anos), não necessitando de uma dimensão temporal evolutiva (milhões de anos), uma vez que o organismo humano não criou novas habilidades cognitivas a partir do nada, mas sim da adaptação de habilidades já existentes, tais como: habilidades de lidar com o espaço, com objetos, ferramentas, quantidades, categorias, relações sociais, aprendizagem social. O que o autor está a dizer, portanto, é que o salto evolutivo que se deu com a espécie humana a partir dos 200.000 últimos anos, distinguindo-a de seus ancestrais primatas, deveu-se a uma única e singular adaptação de nosso organismo: a capacidade de partilhar intenções e, conseqüentemente, ações. E é dessa capacidade que se engendram as formas simbólicas de comunicação, ou seja, a linguagem: **a linguagem é ação conjunta**, o que significa dizer que, sem atenção partilhada, não há linguagem.

A perspectiva filogenética proposta se repete na ontogenia. Assim, durante a ontogênese mais precoce, a criança começa por reconhecer-se como um agente intencional – ou seja, um ser cujo comportamento e estratégias de atenção são organizadas por objetivos – e automaticamente reconhece os outros seres com quem se identifica nos mesmos termos. Esse processo de compreender-se e aos outros como agentes intencionais antecede o auto-reconhecimento (e hetero) do ser humano como agente mental, isto é, como um ser com pensamentos e crenças que podem diferir das de outros e mesmo da realidade. Essas novas e poderosas formas de cognição colocam a criança em posição de participar **com** o outro de atividades conjuntas e de, então, entender e tentar reproduzir suas ações intencionais que envolvem tipos diversos de artefatos materiais ou simbólicos (Nesse enquadre, o processo de projeção e identificação promove a aprendizagem não com outro, mas **através** dele). É a partir dessa condição cognitiva que a criança adquire um artefato cultural especial – a linguagem – através do qual passa a dispor de uma nova forma de representação cognitiva marcada pela **intersubjetividade e a perspectivização**. Como intersubjetividade entende-se a propriedade dos símbolos lingüísticos de serem socialmente partilhados de modo a guiarem as inferências sobre as intenções comunicativas do interlocutor. A linguagem também possui a propriedade de nos permitir focalizar ou perspectivar o mesmo fenômeno sobre diferentes ângulos, dependendo dos objetivos comunicativos e de outros fatores do contexto comunicativo.

A hipótese de TOMASELLO é um território fértil para a Hipótese Sócio-cognitiva: o ajuste interativo está na origem da atividade interpretativa e de toda aprendizagem e acumulação cultural. A linguagem sinaliza a forma como, com o propósito de intercomunicação pessoal, o ser humano categoriza e

constrói o mundo, adotando múltiplas perspectivas. E a linguagem é também a mediadora do embate, do drama que emerge dessas diferentes formas de focalizar e significar o mundo.

Nesse enquadre teórico, o **princípio do partilhamento das ações de linguagem** se anuncia, no entrelaçamento com outra premissa fundamental à Hipótese Sócio-cognitiva – o **princípio da escassez da forma lingüística**.

O princípio da escassez da forma lingüística corresponde a uma característica essencial do processo de significação da linguagem, qual seja: a subdeterminação do significado pelo significante. Tal suposto implica tomar a forma lingüística, o significante, como instrução, como pista suscitadora das tarefas semântico-cognitivo-sociais da linguagem. Na expressão de FAUCONNIER (1994:xxii), *“a linguagem não porta o sentido, mas o guia”*.

Contraopondo-se à Semântica Modelista e, de modo mais amplo, às doutrinas postas pelo **objetivismo** que postulam ser o significado de uma expressão equivalente a suas condições de verificação em um modelo no “mundo real”, em “universos possíveis” (Figura 1), a vertente cognitivista rejeita a crença de que uma representação “objetiva” constitua acesso privilegiadamente verídico à realidade. O pleito cognitivista aponta, assim, para a impropriedade da equação linguagem-realidade em que a linguagem é vista como representação da realidade externa, seja de conceitos mentais objetivos ou de entidades do mundo. Nos termos postos por FAUCONNIER (1997:36), a equação é outra (Figura 2): as expressões lingüísticas são apenas instruções parciais e indeterminadas para a construção de **domínios interligados** que têm lugar em um nível cognitivo denominado **nível C**.

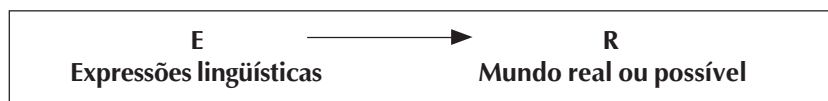


Figura 1

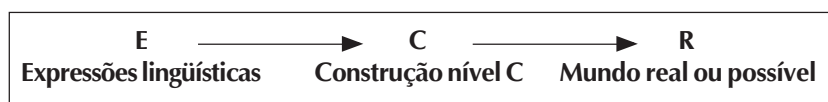


Figura 2

Valendo-se de poéticas metáforas, FAUCONNIER (1994 e 1997) ilustra essa dimensão do modelo. A metáfora do mapa ou do *iceberg*: as formas lingüísticas são apenas as “pistas” deixadas no mapa ou as “pontas” do iceberg. Ou em outras palavras:

Eu tenho comparado os sinais lingüísticos vindos da mente a sinais recebidos de uma distante galáxia, ou de átomos infinitesimais, que nos possibilitam fazer conjeturas sobre estruturas e princípios de organização secretos que não podemos apreender diretamente (FAUCONNIER, 1997:3).

Parafraseando as metáforas, ratificamos o princípio de que a linguagem não codifica, mas evoca, guia o sentido, desencadeando operações cognitivas

(processos de inferenciação conceptuais, pragmática, figurativa) que gerarão as representações evocáveis.

Conjugando-se as duas premissas anunciadas – o princípio da escassez da forma lingüística e o princípio do partilhamento das ações de linguagem – a hipótese-guia do programa sócio-cognitivo assim se anuncia: **o sinal guia o processo de significação diretamente no contexto de uso** (SALOMÃO, 1999).

Tal hipótese nos obriga a uma releitura da noção de **representação** desenhada por FAUCONNIER (Figura 2), de modo a não permitir que se conceba a empreitada desse programa como uma simples troca do binômio linguagem-realidade pelo linguagem-pensamento, em que a linguagem poderia ser vista como representação de um processamento mental de um agente cognitivo que produz a significação no vácuo. O pleito sócio-cognitivo erige-se em um tripé: linguagem, cognição e uso, em que a definição e a relação posta para os dois primeiros implica, de fato, uma larga determinação do uso. A diferença, conforme assinalado, emerge entre o sócio-cognitivismos e os cognitivismos praticados é uma questão de FOCO. No quadro da Hipótese Sócio-cognitiva, tem-se como foco o caráter social da cognição: conhecemos através do outro, projetando-nos, identificando-nos e socializando a nossa memória (TOMASELLO, 1999). Assim, essa vertente reconhece a memória e as estruturas estáveis que a constituem e o drama da projeção na atividade interativa. Esse é o *locus* da representação. Esse é o locus da linguagem. Esse é, portanto, o **representacionismo** praticado, contrapondo-se, de modo claro, aos paradigmas que sustentam uma noção reificada, estática, desencarnada do significado.

1. Repensando a herança pragmática

É, pois, a partir da **dimensão pública da interpretação** que a Hipótese Sócio-cognitiva busca recortar o caráter cognitivo dos processos de significação.

Para falar dessa dimensão, objeto de estudo do presente artigo, teremos em consideração a herança pragmática constituída, a partir da Filosofia da Linguagem, em diferentes áreas de investigação, como a Sociologia da Linguagem (GOFFMAN), a Sociolingüística Interacional (GUMPERZ, TANEN, BROWN E LEVINSON, R. LAKOFF) e a Antropologia Lingüística (DURANTI, GUMPERZ), dentre outras contribuições. Nesse cenário duas contribuições se destacam: TOMASELLO (1999) e CLARK (1996). Do conjunto dessa herança advêm as teses fundamentais ao recorte social da significação. Ao focalizarmos cada tese, estaremos também resgatando as principais contribuições teóricas que lhe serviram de solo, buscando repensá-las à luz do enquadre sócio-cognitivo da linguagem. Estaremos, como é de se prever, deixando de lado outras contribuições de significativo relevo ao tema, mas, ainda assim, acreditamos estar construindo um contorno adequado aos propósitos teóricos e analíticos do programa sócio-cognitivo.

São as seguintes as teses propostas:

- | |
|--|
| <p>TESE I: A linguagem é uma forma de ação.</p> <p>TESE II: As ações de linguagem são ações conjuntas.</p> <p>TESE III: A cena interativa – molduras comunicativas – tem caráter estável e dinâmico a um só tempo.</p> <p>TESE IV: Múltiplas informações (e semioses) disputam o foco na cena interativa</p> |
|--|

Cada uma das teses anunciadas é, na realidade, complementar à outra. De fato, o conjunto delas define diferentes aspectos interligados que integram **o princípio do partilhamento das ações de linguagem**. A escolha por um tratamento em separado de cada um desses aspectos é de caráter retórico: separar para argumentar com mais precisão e clareza, dialogando com hipóteses precursoras.

TESE I: A linguagem é uma forma de ação

A linguagem é usada para se fazerem coisas. E as coisas que fazemos com ela, a cada passo de nosso cotidiano, são, por exemplo, ensinar, orar, negociar, implorar, representar, informar, persuadir. Professores, advogados, atores, pregadores, romancistas, repórteres e todos os sujeitos em uso de linguagem, em milhares de papéis, *agem* através dela. E essa ação é fundamentalmente social.

É na perspectiva da linguagem-como-ação que SEARLE (1969, 1979) constrói a Teoria dos Atos de Fala, revisitando AUSTIN (1962). Conjugando fundamentalmente três noções: objetivo ilocucionário, força ilocucionária e condição de sinceridade, SEARLE propõe uma tipologia dos atos de fala, definindo-os como o conjunto limitado de coisas que se podem fazer com a linguagem. Desse conjunto de noções, o objetivo ilocucionário é tomado, de fato, como o principal critério classificador do ato, compondo o seguinte quadro tipológico:

- Atos Assertivos:** dizemos às pessoas como as coisas são;
- Atos Diretivos:** tentamos levar as pessoas a fazerem coisas;
- Atos Compromissos:** comprometemo-nos a fazer coisas;
- Atos Expressivos:** expressamos nossos sentimentos e atitudes;
- Atos Declarativos** (Declarações): provocamos mudanças no mundo através de nossas emissões lingüísticas.

Os enunciados abaixo ilustram as categorias propostas:

- Está chovendo.* Como **ato assertivo**, este enunciado tem o propósito ilocucionário de levar o ouvinte a crer que, de fato, está chovendo.
- Venha cá. O que você está fazendo?* O primeiro **ato diretivo** demanda uma ação do interlocutor; o segundo demanda uma informação.
- Vou lhe dar um presente.* Como **ato comissivo**, estabelece um compromisso do falante com uma ação futura.

- d) *Desculpe, estou atrasada*. Como **ato expressivo**, tem o propósito de expressar um sentimento à audiência: o falante lamenta pelo atraso.
- e) *Você está condenado a anos de reclusão*. Dito por um juiz, tal **declaração** cria um novo estado-de coisas, dado o poder que lhe é conferido pela instituição jurídica.

Preservada a tese da LINGUAGEM-COMO-AÇÃO, diferentes pontos teóricos e metodológicos da teoria dos atos de fala vêm sendo contemporaneamente revisitados à luz de pressupostos sociais e cognitivos. Alguns pontos da argumentação crítica tecida por VION (1992:172-176) e CLARK (1996) servem de solo à releitura que propomos a seguir:

- a) O primeiro ponto a ser revisto respeita ao caráter social das ações de linguagem. Embora, SEARLE parta do pressuposto de que atos de fala são “coisas que se fazem com a linguagem” – quando falamos, agimos – o autor coloca o peso dessa ação no locutor, reduzindo grandemente a força da dimensão interativa e de prática social que a perspectiva de linguagem-como-ação deve contemplar. Assim, de imediato, questiona-se o foco privilegiado que SEARLE estabelece para a intenção do locutor e as disposições da mensagem, deixando subfocalizado (praticamente nulo) o papel do interlocutor. As noções de objetivo ilocucionário e força ilocucionária determinativas dos tipos e níveis de classificação dos atos de fala estão **inteiramente ancoradas no locutor**.
- b) A ancoragem no locutor se articula com a noção de **atos isolados** (classificam-se enunciados, tomados como produtos da linguagem) e **pré-fabricados** (construídos pelos analistas em função das necessidades de análise). Nesses termos, reflexão e prática analítica sustentam uma (tácita) vinculação entre ATOS DE FALA e SENTENÇA como unidade lingüística. Nos termos postos por VION (1992:172), “*esse caráter ad hoc e a fraca representatividade frente ao funcionamento real da linguagem não pode satisfazer a uma teoria lingüística da ação e da atividade de linguagem*”.
- c) Nessa perspectiva não há também como validar a noção de **significado literal** que subjaz à noção de atos de fala. Mesmo negando a relação entre significado literal e “contexto nulo”, SEARLE sustenta esse conceito a partir da inserção do enunciado em um contexto determinado, considerando como literal o conteúdo proposicional e não-literais os conteúdos ditos pragmáticos, como as implicaturas, a ironia, os sentidos figurados:

O significado literal de uma sentença deve ser cuidadosamente distinguido do que o falante quer significar quando emite a sentença para realizar um ato de fala, pois o significado da emissão do falante pode divergir do significado literal da sentença de várias maneiras. Por exemplo, ao emitir uma sentença, o falante pode querer significar alguma coisa diferente do que a sentença significa, como no caso da metáfora; ou pode mesmo querer significar o oposto do que a sentença significa, como no caso da

ironia; ou pode querer significar o que a sentença significa, mas também alguma coisa mais, como no caso das implicações conversacionais e dos atos de fala indiretos (SEARLE, 1995 [1979]:184 a 185).

- d) Outro aspecto negligenciado pela teoria dos atos de fala é o papel das semioses concorrentes na determinação do sentido de cada ação de linguagem.
- e) Quanto ao quadro tipológico proposto por SEARLE, composto de 5 categorias (atos assertivos, diretivos, comissivos, expressivos e declarativos), o primeiro problema a se considerar seria o fato de esse “quadro não poder gerar todos os atos ilocucionários em potencial” (CLARK, 1996:135)²: “Podemos inventar novos rituais, novos jogos, cada qual com seus atos ilocutórios especiais, ad infinitum, mas o esquema não tem princípios para dizer o que é permitido e o que não é”.
- f) A dificuldades de delimitação paradigmática de um ato de fala é também uma questão pontuada (VION, 1992:173). A delimitação das fronteiras que separam a ordem do pedido, o conselho da sugestão, a sugestão da ordem, a oferta da proposição, não é uma tarefa simples para o analista. Considerando-se que muitos atos de fala se expressam de forma indireta, tal dificuldade se acentua. Mesmo quando os atos de fala são explicitamente marcados por verbos performativos, não temos a garantia de uma delimitação clara³: *Eu prometo que volto* pode ser uma ameaça. Ainda: é possível que atos de fala sejam também simultâneos, ou seja, pertençam a mais de uma categoria a um só tempo; é possível aconselhar e ameaçar a um só tempo: *Tome cuidado comigo*.

Embora SEARLE reconheça problemas de delimitação em suas categorias, como a possibilidade de o mesmo enunciado poder expressar diferentes atos de fala, a explicação oferecida a tais dificuldades de delimitação ancora-se na noção de sentido literal. Assim, para o autor, um mesmo enunciado como *A televisão está ligada* poderá ter um sentido literal como ato assertivo e um sentido pragmático, como um pedido, uma alerta, uma informação, dependendo da **intenção do locutor** em cada contexto. Do mesmo modo, um enunciado como *Você tem programa hoje?* poderá ter um significado literal como ato diretivo (**pedido de informação**) e um significado pragmático como **convite**. Quando extrapola essas categorias de atos indiretos, sentido literal e objetivo ilocucionário, recorrendo a categorias do contexto, SEARLE coloca ainda a resposta no **status do locutor** (mais uma vez interlocutor e cenário interlocutivo são negligenciados): se um enunciado como *Parta agora* será uma ordem, uma sugestão, um pedido, depende do *status* de quem enuncia.

2 Ainda que consideradas as limitações em relação ao quadro tipológico dos atos de fala proposto por SEARLE, vamos utilizar a mesma nomenclatura em nossas análises, dada a larga aceitação desse quadro entre os analistas e a falta de uma categorização melhor a propor.

3 SEARLE (1995 [1979]: 3) já considera tal questão alertando sobre a nossa inclinação em confundir verbos ilocucionários com atos ilocucionários.

- g) Outro problema de delimitação é **sintagmático**: no fluxo discursivo, como delimitar os atos sucessivos e precisar os seus limites? Como unidades funcionais e não formais, os atos de fala, dependendo de semioses não-verbais e da situação, poderão ser analisados de forma distinta: *Eu estou de dieta é verdade* pode ser reconhecido como um ou dois atos de fala. Num registro dessa seqüência em uma interação efetiva, pode-se, por exemplo, ter, dependendo da prosódia e da direção do olhar, dois atos sucessivos dirigidos a interlocutores diferentes.

A propósito da delimitação de atos sucessivos, ROULET (VION, 1992:174) propõe uma categorização em atos subordinantes e subordinados. A partir da análise do pedido abaixo, tece a sua argumentação:

- i) *Eu não conheço bem Genebra;*
- ii) *Você pode me indicar uma boa livraria,*
- iii) *(porque) eu procuro um livro sobre Calvino?*

O autor observa que os atos de fala **i** e **iii** são, do ponto de vista ilocucionário, atos de informação. Para ele essa caracterização dá conta do ato de fala isolado, mas não na interlocução. Daí a necessidade de introduzir um caracterização interativa. Nesses termos, se **i** e **iii** são atos de informação, o são sobretudo em função do ato diretivo, o pedido em **ii**, a que se subordinam como **preparação e justificação**.

Para VION (1992:174-175), nessa análise, as funções interativas e ilocucionárias propostas por ROULET permanecem exteriores umas às outras. ROULET cai nas mesmas armadilhas das teorias que critica: continua tendo como base uma concepção de valor ilocutório estabelecida a partir de atos isolados. Há um conceito definidor do valor da unidade enquanto isolada e outro para definir a mesma unidade tomada em um acontecimento discursivo. De fato, a mesma concepção de sentido literal posta por SEARLE está presente nessa análise; assim as funções interativas seriam não-literais. O que VION propõe é que **o valor ilocucionário seja definido a partir das funções dos atos na interação**.

- h) CLARK (1996:125-188), considerando as múltiplas semioses que sinalizam os atos de linguagem e o processo de significação partilhada que os constitui, postula um princípio: **atos comunicativos são inerentemente atos conjuntos**. Atos conjuntos pressupõem ações individuais participativas: um participante que sinaliza para outro e esse outro que reconhece o que o primeiro quer significar. Para o autor, **Sinalização e Reconhecimento** são, pois, partes naturais de um ato comunicativo.

Toda a crítica formulada nos itens acima tangencia a questão, mas é a definição posta por CLARK (item h) que vai apontar o seu âmagô. À luz da Hipótese Sócio-cognitiva toda crítica à filosofia analítica (AUSTIN, SEARLE,

GRICE) tem origem em uma perspectiva epistemológica de base: **a noção de intencionalidade**. O certo é que a teoria dos atos de fala redescobre a intenção do sujeito, mas a recorta a partir de um sujeito, de uma cena desencarnados. O que se desconhece é a cena interativa, a estrutura social da intencionalidade que está na filogênese, na sociogênese e na ontogênese da espécie humana (TOMASELLO, 1999). SEARLE reconhece o sujeito intencional, mas não reconhece a sua contraparte no outro, ou seja, não reconhece a linguagem como ação conjunta, nos termos postos por CLARK.

A partir desse ponto toda a crítica se articula: tal teoria, apesar de postular como seu objeto o uso lingüístico, o faz do ponto de vista do cristal e não da chama. Se a tradição gerativista, ao recortar como objeto da Lingüística a competência, preclude o uso; **a tradição pragmática, ainda que negando tal paradigma, acaba por tomar a si a tarefa do desempenho, afirmando uma noção de uso como contraparte do sujeito ideal chomskiano**. É do lado de fora do processo, portanto, que tal teoria se coloca ao postular a noção de objetivo ilocucionário, de sentido literal⁴, ao ignorar as múltiplas semioses ou ao metodologicamente lidar com atos de fatos isolados.

Se partimos, portanto, de um enquadre efetivamente processual da significação, do princípio da limitação da semiose – sempre estamos a dizer menos do que queremos dizer – o que fazemos através de nossos atos de linguagem só é possível de uma delimitação categorial a partir da interlocução efetiva, do jogo interativo. Assim, se deslocarmos o foco do significante, tudo o que temos a dizer é que o enunciado *A televisão está ligada* será um pedido, um aviso, uma alerta, uma informação, dependendo da moldura comunicativa em que emergirá. Não há como aceitar um sentido primeiro, proposicional, para um ato isolado. O que há é a possibilidade de um ato de fala ser um continuum, uma sobreposição ou um interseção de categorias. Assim, o enunciado *Estou aqui* pode ser, a um só tempo, um aviso e uma ameaça. E talvez faça parte do jogo da interação manter essa indecisão. Nesse enquadre, a categorização dos atos de fala proposto por SEARLE passa a ser reconhecida como um quadro cardinal, podendo mesmo prestar-se a análises de caráter mais processuais.

Nessa perspectiva, estamos assumindo o princípio posto por CLARK nos seguintes termos: **atos comunicativos são atos conjuntos** e, assim como qualquer construção discursiva, não podem ser concebidos como atos isolados. Não há como conceber um sujeito autônomo, cuja vontade e intenção determinam o sentido do discurso. Em cada contexto interativo, um ato comunicativo tem o sentido ali construído, negociado, partilhado pelos interlocutores. Esse será o seu sentido, o seu valor interativo.

Uma premissa direciona, pois, toda e qualquer afirmação acerca dos atos comunicativos: **ATOS COMUNICATIVOS SÃO ATOS CONJUNTOS**.

4 Em uma perspectiva sócio-cognitiva, não há como postular um “sentido literal”. Não há contexto nulo, não há um sentido primeiro produzido no “vácuo”. O que as teorias formais consideram como sentido literal é **apenas uma significação produzida em um dos possíveis contextos**. Podemos sim falar de um significado associado a um contexto canônico, não-marcado, como hipótese de instanciação comunicativa.

Tese II: As ações de linguagem são ações conjuntas

A discussão anterior acerca dos limites da premissa da linguagem-como-ação conduz à segunda tese complementar: **o uso lingüístico é realmente uma forma de ação CONJUNTA**. Nesse enquadre, o discurso é definido como **uma atividade conjunta em que a linguagem tem papel preponderante**. Essa é a tese proposta por CLARK (1996:3) em seu livro *Using Language* e que estamos aqui subscrevendo. Para o autor, ação conjunta implica coordenação entre os sujeitos que agem, implica partilhamento. É muito mais que a soma de ações individuais ou do que CLARK (1996: 19) denomina **ações autônomas**: uma pessoa tocando um solo ao piano, por exemplo. “*Ação conjunta é o que acontece quando duas pessoas pedalam um barquinho, dançam uma valsa, disputam uma partida de tênis, fazem um dueto ao piano ou fazem amor*” (CLARK, 1996:3). Tais ações implicam, é claro, um processo individual: dois bailarinos dançando juntos têm em sua *performance* ações individuais (sua expressão e movimento corporal), mas tais ações são levadas a cabo somente em função da ação conjunta. Não são, portanto, ações autônomas; são **ações participativas**.

Tomando um exemplo de Ann e Ben tocando um dueto de flauta e piano, CLARK (1996:130) examina uma ação conjunta **r** em seu trabalho de integração de **sinalização e reconhecimento** como ações individuais participativas (1) e (2):

O conjunto A e B estará tocando um dueto de flauta e piano r na situação w se e somente se:
0. dueto r inclui 1 e 2;
1. A está tocando a parte da flauta como parte de r;
2. B está tocando a parte do piano como parte de r.

O ponto crucial dessas ações é estarem, portanto, interligadas: Ann não pode considerar sua ação como parte de um dueto sem assumir a ação de Ben como parte desse dueto ou vice-versa.

Nos mesmos termos as ações de linguagem são concebidas como processos tanto individuais quanto sociais, como ações participativas e conjuntas. Se Ann diz **s** “Por favor, venha aqui”, como parte de uma ação conjunta **r** e de ações participativas (1) e (2), ela está sinalizando para Ben que **p** (i.e., que ele deverá vir) e espera que ele faça sua parte:

Apresentando s para B, A significa para B que p se e somente se:
1. O ato comunicativo r inclui 1 e 2;
2. A apresenta s para B significando que p como parte de r;
3. B reconhece que p como parte de r.

Nesse ponto as hipóteses de CLARK e TOMASELLO têm franca convergência. Diríamos que a integração entre sinalização e reconhecimento,

constitutiva de qualquer atividade conjunta, inclusive das ações de linguagem, espelha exatamente o caráter social singular da cognição humana: ao projetar-se como contraparte do outro, reconhecendo-o como agente intencional à semelhança de si mesmo, o ser humano é capaz de eleger um foco comum de percepção, construindo-o com ou através do outro. É esse foco comum de percepção que torna possível **sinalizar e reconhecer** sinais na busca de entendimento com o outro.

Ações de linguagem compreendidas nesses termos são algo muito distinto do que a *“soma de um falante que fala e de um ouvinte que ouve”* (CLARK, 1996:3). No enquadre posto por CLARK ou pelas teses sócio-cognitivas subscritas no presente estudo, estão radicalmente negadas as concepções de linguagem que pensam a produção/recepção da linguagem como ações autônomas. A **metáfora do conduto** – concebe-se em uma ponta um falante que tem uma idéia, codifica-a como uma mensagem através de um determinado meio e a transmite para o ouvinte-receptor na outra ponta e esse, por sua vez, recebe tal mensagem, decodifica-a e identifica a idéia que o emissor queria que ele recebesse – vale para descrever uma transmissão de mensagem telegráfica, mas não para representar o processamento partilhado das ações de significação da linguagem.

Dentro da herança de estudos sobre a dinâmica das interações, há ainda contributos emblemáticos, de relevância para o paradigma sócio-cognitivo da linguagem.

O primeiro, amplamente respaldado e divulgado pela Sociolinguística Interacional, vem da Microsociologia de GOFFMAN. Trata-se da **metáfora do drama** posta pelo autor, que empresta especial relevo aos papéis e às atividades dos atores sociais envolvidos – os participantes – na compreensão dos processos e da própria estrutura da interação. Para o autor, qualquer interação é dramática na medida que implica inserir-se em uma moldura comunicativa e exercer dentro dela determinado(s) papel(éis). Esses papéis não estão fixados; constituem-se através das múltiplas representações. A diferença entre o teatro e os papéis assumidos na interação é que nessa estamos representando para alguém que simultaneamente representa para nós. Esses papéis dinamicamente se alteram, de modo que cada participante pode representar múltiplos papéis em um contínuo reenquadramento discursivo. Nesse drama constituem-se, assim, os *status* dos participantes e suas **faces** (GOFFMAN, 1970, 1976). *“A face se define como um comportamento que estabelece, realça, ameaça ou diminui as imagens e/ou identidades dos interlocutores”* (PEREIRA, 1997:206). Em outros termos, a face é a expressão social do eu individual, a imagem pública que cada participante quer afirmar de si mesmo. Tal imagem está naturalmente vinculada às normas e valores postos por uma comunidade. Esse trabalho pode ter uma orientação defensiva e/ou protetora. A **defesa da face** consiste em salvar a própria imagem; já a **proteção** visa à salvação da imagem do outro.

Outra contribuição importante está no trabalho de BROWN E LEVINSON (1987) que, ampliando os estudos de GOFFMAN, revisita o conceito de

Face e o Princípio da Polidez proposto por LAKOFF⁵ (1975). Esses autores postulam dois aspectos em relação à face:

- a) **Face positiva:** imagem que o interlocutor exhibe para obter aprovação ou reconhecimento;
- b) **Face negativa:** território que o interlocutor deseja preservar.

Os atos podem ameaçar tanto a face positiva quanto a negativa. A ameaça à face negativa se dá através de atos que expõem uma imagem que o interlocutor deseja preservar, ameaçando-lhe a liberdade de ação. São exemplos desses atos as ordens, os pedidos, as ameaças, as provocações, os desafios, as promessas... Já a crítica, o insulto, a provocação, a desaprovação, a discordância, dentre muitos outros, são exemplos de atos que, por indiciarem falta de atenção aos sentimentos, às necessidades do interlocutor, ameaçam a face positiva.

Quanto à **polidez**, pode ser definida como um “*comportamento que respeita as necessidades de aprovação e autonomia das faces do falante e do interlocutor*” (Pereira, 1997:207). A polidez pressupõe um cenário virtual de conflito e sua função é desarmá-lo ou reduzir o atrito de modo a tornar possível a interação entre os sujeitos potencialmente agressivos. Da necessidade de trabalho com a face emergem as **estratégias de polidez negativa e polidez positiva** (BROWN e LEVINSON, 1987). Os autores enumeram um conjunto significativo de estratégias negativas, tais como: ser convencionalmente indireto; utilizar perguntas, rodeios; manifestar deferência; minimizar imposição; desculpar-se, justificar-se; impessoalizar falante e ouvinte. Dentre o conjunto numeroso de estratégias de polidez positiva destacam-se: dar atenção aos interesses, vontades, qualidades do ouvinte; exagerar a aprovação, a simpatia; intensificar interesse; buscar concordância; fazer brincadeira; fazer oferta; manifestar atitude de otimismo.

Tais categorias, tomadas sob o ângulo das teses sócio-cognitivas, harmonizam-se sob uma bela síntese: *o drama das representações emerge das diferentes formas de focalizar e significar o mundo*. Ao projetar-se como contraparte do outro (TOMASELLO, 1999), o sujeito pode ver-se no espelho e querer divulgar ou camuflar a auto-imagem identificada. Ao deslocar-se para o lugar do outro, pode reconhecer nele a mesma necessidade e, optar por dar-lhe passagem. Daí emerge, no drama da representação, o trabalho de **defesa e proteção da face**, em que agentes intencionais vão dinamicamente configurando papéis, de modo a atingir o entendimento. As estratégias de polidez buscam promover ajustes de FOCO de modo a engendrar esse entendimento e evitar o conflito. O contrário também pode ser uma meta privada: ameaçar a face, negar passagem e provocar o desentendimento. Ou pode ser que a construção da identidade em termos de contraparte seja realmente difícil: como agentes mentais, os homens, enquanto organismos individuais ou sociais, possuem pensamentos e crenças que podem diferir

5 Uma contribuição fundamental para o **Princípio da Polidez** que antecede os trabalhos de BROWN e LEVINSON é a de R. LAKOFF (1975). A autora postula três *regras de polidez* que podem atuar juntas ou separadas: 1ª. **Formalidade:** não imponha; mantenha a distância; 2ª. **Deferência:** dê opções; 3ª. **Camaradagem:** seja amigável.

das de outros e mesmo da realidade. O multiculturalismo é evidência disso e, por isso mesmo, uma barreira fortemente determinativa de desentendimentos.

Tese III: A cena interativa – moldura comunicativa – tem caráter estável e dinâmico a um só tempo

A construção da identidade como projeção entre contrapartes engendra CULTURA e DRAMA, o que significa reconhecer um movimento contínuo da praxis: instrumentos materiais ou simbólicos historicamente construídos são uma herança cultural continuamente renovada. Assim, qualquer produto da cultura é, ao mesmo tempo, processo. E, enquanto processo, a engrenagem que volta a atuar a cada lance de dado implica o drama: sujeitos em interação, assumindo papéis em um processo infinito de acumulação e renovação cultural. Como um artefato simbólico, assim é a linguagem: **estabilidade e flexibilidade a um só tempo**. Assim também se constituem as **categorias** abstratas que a linguagem nos permite recortar do mundo.

Dentre essas categorias abstratas formuladas estão os conjuntos de conhecimentos estruturados (domínios culturais) sobre eventos e seus participantes – **as molduras comunicativas**. Interagindo de múltiplas formas, em múltiplos cenários, com múltiplos sujeitos, os homens vão, no curso da história, modelando esse conhecimento que lhes permite identificar a natureza da interação em processo, ou seja, se o evento em foco é uma palestra, uma conversa, uma aula, um espetáculo, uma entrevista, um inquérito, e assim por diante. E essa herança, vale reafirmar, é produto estável, mas não estático. A dinamicidade vertical ou horizontal marca as molduras comunicativas: são diferentes uma aula hoje comparada a outra no início do século, aulas dadas por sujeitos diferentes para os mesmos alunos, aulas dadas pelo mesmo sujeito para alunos diferentes e assim por diante.

Nos termos da Hipótese Sócio-cognitiva, molduras comunicativas definem-se, pois, como *domínios sócio-cognitivos estáveis* (mas não estáticos), estruturas de conhecimento organizados sob formas de interação (SALOMÃO, 1999; MIRANDA, 2000).

O conceito de moldura comunicativa nos termos postos é devedor do conceito de *frame* derivado de duas linhagens básicas de pensamento: as ciências cognitivas (Psicologia, Lingüística, Inteligência Artificial) e as ciências sociais (Sociologia, Psicologia, Antropologia). Equivalem ao conceito de *frame* posto por Goffman (1974), a um tipo de estrutura de expectativa – *frame de interação* – nos termos de Tannen & Wallat (1987) ou ao conceito de *cenário (setting)* assumido por Clark (1996), de *interação*, por Vion (1992). Tratado pelas ciências cognitivas como uma construção do sujeito e pelas ciências sociais como uma construção social, tal conceito alcança, contemporaneamente, a dimensão da síntese: molduras comunicativas são construções sócio-cognitivas. Nesses termos são enquadradas pela Lingüística Cognitiva como bases de conhecimento estruturadas, ou seja, como um tipo de Domínio. Domínios são constructos teóricos e não modelos de descrição da realidade. Assim molduras comunicativas, ainda que recobrando eventos empiricamente realizados, são entidades teóricas. Qualquer classificação é uma teoria; não

inventamos a realidade, mas a maneira como recortamos, agrupamos, categorizamos os fenômenos é uma invenção nossa, a partir de critérios *prévios* e *localmente* selecionados. Assim, a produção de uma moldura comunicativa empírica é o resultado da conjugação entre um conhecimento socialmente estabelecido (uma moldura comunicativa posta em termos de *role*: palestras, conferências, conversas casuais...) e as representações singulares mobilizadas em cada situação social em que o sujeito está inserido (molduras comunicativas em termos de *valores*: a conferência da Profa. Dra. Ingedore, na Faculdade de Letras da UFJF). Em níveis diferentes de abstração, podemos ainda falar de molduras mais ou menos genéricas: uma conferência e uma reunião pedagógica partilham um espaço homológico mais genérico, a moldura institucional. É esse tipo de conhecimento que faculta aos participantes a definição de papéis e identidades relevantes em um encontro, permitindo-lhes delinear comportamentos interacional e semiótico. Assim, diante de molduras comunicativas partilhadas em nossa comunidade ou cultura, sabemos qual o comportamento consensual desejado. Consideremos o exemplo seguinte:

Na comunidade acadêmica sabe-se que, se alguém é convidado a proferir uma conferência, cabe-lhe assumir o papel de autoridade, conferido pelo saber. E, se vamos assistir a essa conferência, diferentemente de uma aula, não cabe, no curso do evento, pedir a palavra ao conferencista para discordar ou concordar com suas idéias. Uma conferência se emoldura pela intervenção prolongada de um único sujeito (monólogo) e a palavra ou turno só será facultada aos participantes mediante um conjunto de regras estipuladas como, por exemplo, o auditório pode ter um espaço para perguntas após a fala do conferencista. Outras semioses são facultadas à platéia, como o aplauso, sinalizando profunda concordância. O cochicho ou o cochilo e mesmo a retirada, ainda que ameaçando a face do conferencista, são pistas “toleráveis”, em caso de desinteresse ou discordância. Não “fica bem”, no entanto, a um lingüista chomskiano presente no auditório vaiar um conferencista sócio-cognitivista (ou vice-e-versa) ou tomar a palavra no curso da conferência para expor suas discordâncias. Ainda que as divergências possam ser profundas, ele deverá discordar de outra forma: esperar que quem está com a palavra dê por encerrada sua intervenção e abra a palavra aos participantes. Sabemos também que, neste momento, a hierarquia dos papéis sociais está em foco e que outras identidades sociais (filho, pai, namorado, amigo...) não devem ser relevadas. Assim, mesmo que o conferencista em questão seja o “meu marido”, não me cabe referir a ele como tal. Mas, como estamos falando de molduras comunicativas idealizadas, ou seja, de papéis (PROFESSOR, LINGÜÍSTA, CONFERENCISTA...) e não de valores (Magda Soares, Marcuschi, Vion...), rupturas poderão vir a acontecer por parte de qualquer um dos participantes em molduras comunicativas *reais*. Mas há um limite, há restrições discursivas para além das quais os participantes deixariam de reconhecer a moldura em pauta (a categoria prototípica) e não saberiam mais como regular seus comportamentos. Por outro lado, se, após a conferência, vamos para um bar com o conferencista, outras identidades sociais entrarão em foco (colega, amigo, irmão, marido...) e a conferência não vai continuar nesse espaço. Ainda que emergjam debates, disputas, consultas, questionamentos, uma moldura de

conversação espontânea estará regendo o encontro e determinando a estrutura de participação em vigor.

Os exemplos acima ilustram o tanto que sabemos (e nem sabemos que sabemos!) sobre as práticas sociais de interação. Ilustra o caráter de invariância que rege os eventos discursivos e nos permite identificar o que estamos fazendo neste momento; se o que está em curso é uma conferência, um comício, uma conversa, uma aula, uma consulta, um exame, um inquérito, uma entrevista, etc. Sem essa estabilidade relativa não haveria como interagir; perderíamos de vista o *caráter histórico* das construções interativas. Tomadas como domínios sócio-cognitivos estáveis, as molduras comunicativas têm assegurado o seu caráter histórico, ou seja, são reconhecidas como construções resultantes de consenso, de significações negociadas por grupos, comunidades, culturas. Nesse enquadre teórico, as molduras comunicativas têm também o *status cognitivo* de instrumento fundamental e indispensável à construção das significações em todos os níveis. Assim, pistas de contextualização que as integram e definem, tais como a estrutura de participação, *stati* dos participantes, passam a ser enquadradas como semioses indispensáveis (e não periféricas!) a uma teoria de produção e interpretação.

Considerar a estabilidade, o conhecimento pré-estabelecido não implica, pois, aderir a um modelo estático, ahistórico, na concepção das molduras comunicativas; pelo contrário, estamos reconhecendo o significado da memória, da herança cultural, esse legado singular da espécie humana. Reconhecemos também o caráter dramático das interações que leva à negociação contínua entre papéis e linguagem, gerando uma dinâmica de alterações, manutenções, inserções de molduras, de modo a que a estabilidade se faça sempre conjugar à flexibilidade, como ilustra o exemplo a seguir, tomado a COSNIER E KERBRAT-ORECCHIONI e analisado por VION (1992:107-108). Trata-se de um diálogo entre um homem (H) e uma mulher (M):

Exemplo 3

- T1 *H então eu vou te fazer uma primeira pergunta que que você pensa da moda atual?*
T2 *M que moda?*
T3 *H eh:: bem a moda do vestuário das roupas sobretudo sobre a maneira como os jovens se vestem é:: bom as garotas ++ porque é:: + isso tem a ver mais com você que comigo++*
T4 *M Você acha ++ eu acho justamente que:: a:: os rapazes prestam exa - muito muito atenção ao modo como eles se vestem +*
T5 *H eh::*
T6 *M exatamente como as garotas*
T7 *H eh::*
T8 *M e: eu acho que de fato há::+ enfim há dois casos- há a moda e a anti-moda que termina por vir a ser uma*
T9 *H moda também*
T10 *M eh:*

O que acontece nessa situação é que na primeira intervenção H se coloca no papel de um entrevistador e convoca sua interlocutora para o

papel complementar de informante. A moldura comunicativa projetada por H (uma entrevista) é claramente recusada por M que, em lugar de responder à questão proposta, passa a questioná-lo (*que moda?*), obrigando-o a se justificar a partir do lugar pretendido. A análise do diálogo mostra uma divergência: ela não aceita o papel de informante e nem reconhece o papel pretendido pelo seu interlocutor, o de entrevistador. Com tal recusa, H realinha o seu papel e passa a posição de “vantagem”, de iniciativa do discurso para M, restringindo suas intervenções a **retornos** (T5 e 7) e complementação de fala (T9).

O exemplo acima é, pois, uma bela evidência do caráter dinâmico de uma cena interativa. E é esse processo de mudança em curso, motivado pelas relações entre os participantes, que GOFFMAN define como *footing*. O *footing* representa “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção.” (GOFFMAN, 1998 [1979]: 70) Quanto ao termo cunhado – *footing* – nenhuma tradução foi ainda proposta, capaz de dar conta da natureza dinâmica do conceito que abriga. O termo, de referência metafórica, remete à capacidade do participante de **saltitar de um pé a outro**, i.e., à sua capacidade de negociar a participação na interação. Nas palavras de GOFFMAN (1998[1979]:96): “Na verdade, parece rotina durante a fala o fato de que, enquanto firmemente plantados sobre dois pés, saltitamos num pé só”. Assim, em qualquer situação, *footings* são introduzidos, negociados, modificados, ratificados ou não.

Em termos de herança relevante para o programa sócio-cognitivo, vale reportar ainda um conhecido estudo proposto por TANNEN E WALLAT em obra intitulada *Framing in Discourse* (1987:57-76) – um exemplo emblemático do trato da dinamicidade das molduras comunicativas. A moldura recortada para investigação é um exame/consulta pediátrico realizado em presença da mãe e vídeo-gravado, visando à formação de residentes da área médica. Uma primeira análise revela o uso de três registros distintos dirigidos a cada uma das três audiências: criança, mãe, residentes (audiência futura). Esses registros sinalizam o engajamento interativo em três atividades distintas, ou seja, em três *frames*: o *frame* de exame, de consulta e o de reportagem. A pediatra se move, mantendo em ação esses três *frames* e alterando habilmente o registro, muitas vezes em curto espaço de tempo, como enquanto examina a criança, conversa com ela (registro “maternalês”), transmite suas descobertas à câmara (registro de relato) e dá explicações para a mãe (registro de conversa convencional). Mas não é apenas o registro que se altera. Muda também a estrutura de participação: há uma forma distinta de lidar com cada uma das audiências em cada *frame*. E esse transitar entre *frames* distintos, realinhando linguagem e postura, caracterizam a habilidade da médica para mudar de *footing*.

As pesquisadoras registram ainda a ocorrência de conflitos entre *frames* devido ao fato de cada um impor comportamentos distintos que potencialmente conflitam com a demanda de outros em ocorrência paralela. É o caso, por exemplo, do *frame* de consulta e reportagem. No primeiro, a pediatra dosa as informações para a mãe de forma modalizada de modo a minimizar o significado da doença grave de que a filha é portadora. Já no segundo, vale-se de precisão de linguagem e conteúdo para informar a sua prática aos

residentes médicos. Conflitos também emergem quando participantes têm **esquemas** diferentes. É o caso do esquema da mãe para *saúde* que conflita com o da médica, resultando, às vezes em confusão, conversa com propósitos divergentes, interrupção de *frame*.

As autoras rechaçam, pois, uma abordagem estática e meramente cognitiva das estruturas de expectativa (*frames* e esquemas), postulando suas bases sócio-cognitivas.

Outra importante contribuição nessa direção nos vem da Antropologia Lingüística. Registra-se, contemporaneamente, uma vigorosa coletânea de estudos sobre o contexto editada por GOODWIN E DURANTI, *Rethinking context - language as an interactive phenomenon* (1992), em que um princípio comum conduz todas as análises presentes: o **princípio da dinamicidade do contexto**. Tal pleito se traduz, em primeiro plano, como uma visão fenomenológica do contexto, compreendido **como modo-de-ação, constituído socialmente, sustentado interativamente e temporalmente limitado** (GOODWIN E DURANTI, 1992:6). Pensado em sua relação com a linguagem, o contexto passa a ser analisado a um só tempo como restrição à expressão lingüística (CONTEXTO DETERMINANDO LINGUAGEM) e como produto do uso lingüístico (LINGUAGEM DETERMINANDO CONTEXTO). Nessa perspectiva dinâmica a noção de contexto encerraria, além de condições pré-estabelecidas socio-historicamente, propriedades emergentes, socialmente negociadas e produzidas pela linguagem. Assim, em lugar de conceber o contexto como uma lista de variáveis que estaticamente circunda fatias de fala, contexto e linguagem são vistos em uma relação mútua: fala modelando contexto, ao mesmo tempo que contexto configura fala.

Tese IV: Múltiplas informações (e semioses) disputam o foco em uma cena interativa

Vale repetir: a singularidade da cognição social humana deve-se a um único traço – os homens foram capazes de se projetar no espelho e de se construírem à imagem e semelhança. Descobriram-se mutuamente como agentes intencionais, capazes de partilhar ações sob um foco de atenção conjunta. A capacidade de linguagem vincula-se diretamente a essa adaptação historicamente construída pela espécie humana. Sem foco partilhado não há ação conjunta, não há, portanto, linguagem.

Acontece, no entanto, que o partilhamento de um foco nem sempre é tarefa fácil: focos alteram-se dinamicamente, em uma cena interativa, pois estamos sempre frente à multiplicidade. São múltiplas as informações que disputam o foco partilhado da atenção. São múltiplas as semioses que concorrem para a mesma informação. São múltiplos os enquadres possíveis sobre o mesmo fenômeno, sobre a mesma cena. A seleção da informação e da semiose que constroem o entendimento implica sensibilidade ao jogo interativo, o realinhar-se dinamicamente a cada novo lance, alterando o foco (*footing*).

O exemplo abaixo ilustra a forma como o foco é deslocado em uma situação em que se configura um “incidente” intencional na comunicação:

Exemplo 4

Uma família reunida planejava um jantar em homenagem a uma tia. A proponente da homenagem, e a mais entusiasmada, estabelecia as tarefas de cada um:

— O Maurício entra com as compras, a Rita organiza a casa, a Maria entra com a comida...

Quando foi interrompida pelo irmão:

— E você entra com o celular (riso) (risos)

A moldura comunicativa em questão se compunha a partir de um esquema conceptual, um *script* de “preparação de festa” que foi rompido por um “evento” não previsto: a participação do celular. A pista lingüística desviante teve, no entanto, seu significado facilmente inferido pelos participantes dado um conhecimento prévio (outro *script* familiar) partilhado por todos: o de que nossa protagonista era sistematicamente interrompida em “cenas familiares” pelas chamadas de seu telefone celular. A introdução de um novo *footing*, marcado por novas pistas contextualizadoras (pistas lingüística, “o celular”; paralingüísticas, como entonação; e não-verbais, como o riso) implica uma nova moldura comunicativa. No drama da interação cabe reconhecer: isto é uma brincadeira? Uma admoestação? Assim, a partir da nova moldura comunicativa apreendida pelos participantes vão se reconfigurar os papéis e a linguagem e o drama das representações recomeça.

Nos termos da Hipótese Sócio-cognitiva da Linguagem, essas questões se traduzem em uma perspectiva de SEMIOLOGIZAÇÃO DO CONTEXTO (SALOMÃO, 1998). O contexto passa a ser visto como **instruções concorrentes**, organizadas sob forma verbal ou não (pistas contextualizadoras), que atuam na construção das molduras comunicativas.

A noção de FOCO passa também a ser considerada como fundamental no trato da interação entre as diversas semioses. Assim, cabe ao analista aduzir as pistas que, em determinado momento (e talvez não no seguinte), estarão no centro da atenção comunicativa, reconhecendo a dinâmica do enquadramento das diferentes semioses. Nem sempre as pistas verbais serão o foco da situação comunicativa, podendo concorrer com semioses não-verbais ou com outras instruções invocadas nas molduras comunicativas situadas.

É nos seguintes termos que SALOMÃO (1999:20) situa esse enquadramento semiológico do contexto:

*[...] onde termina a linguagem? Onde começa o contexto? Dentro da perspectiva que adotamos, o mundo (para nós que o percebemos ou o conceptualizamos) é também **signal**; há, portanto, uma continuidade essencial entre **linguagem, conhecimento e realidade** que não se reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como **realidade**, ou como **conhecimento**, ou como **linguagem**), segundo as necessidades locais da interação humana.*

Uma contribuição precursora para o enquadramento da multiplicidade das semioses são as postulações de GUMPERZ (1992:230) acerca de uma teoria da interpretação. O autor considera o contexto como um **processo inferencial**

e as **pistas contextualizadoras** que o evocam como quaisquer marcas verbais e não-verbais que provêm ao falante/ouvinte um *input* significativo para tais processos inferenciais. Em suas palavras (1998[1982]:100): “[...] *é através de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que a precede ou segue*”.

Como pistas lingüísticas que contribuem para a sinalização de pressupostos contextuais, GUMPERZ inclui (1992:231) **traços prosódicos** como acento e entonação; **traços paralingüísticos** como ritmo, pausa, hesitação, sincronia conversacional etc; **escolha de código** como opções fonéticas, fonológicas e morfossintáticas; **escolhas lexicais e de expressões formulaicas** como expressões metafóricas e rotinas de abertura e fechamento. As pistas não-verbais⁶ como, direção do olhar, movimento corporal, gesticulação, distância proxêmica, dentre outras, são reconhecidas como “*semelhantes a uma linguagem por serem adquiridas através da interação, por serem específicas à cultura e analisáveis em termos de processos subjacentes*” (GUMPERZ, 1998:109). O valor sinalizador das pistas contextualizadoras depende do significado que lhes é atribuído pelos participantes. Para GUMPERZ a contextualização implica uma teoria de interpretação cujas bases são por ele postuladas em termos de processos inferenciais, interativos e negociações de sentido. Interpretações são, pois, cooperativamente construídas e validadas.

A perspectiva posta por GUMPERZ em termos das múltiplas semioses que compõem as molduras comunicativas é ratificada e alargada por CLARK (1996). Partindo do conceito de **atividade conjunta**, CLARK considera qualquer sinal comunicativo como uso de linguagem (em sentido mais genérico) e levanta a dificuldade em se distinguir entre o discurso e as demais atividades conjuntas. Em suas palavras:

Eu sugiro que (o discurso) é simplesmente uma atividade conjunta na qual a linguagem convencional tem um papel proeminente. Se assim o é, tudo que aprendemos sobre atividades conjuntas deve a ele se aplicar, e eu considero que assim seja. Podemos em princípio distinguir o discurso de outros tipos de atividades conjuntas? A resposta, eu creio, é não. Todas as atividades conjuntas dependem de sinais ou atos comunicativos – da linguagem em seu sentido mais geral. Assim, a distinção pode ser inútil ou mesmo enganosa (CLARK, 1996:50).

O que ele propõe, então, é um *continuum discursivo* entre atividades conjuntas, retratando a maior/ menor presença da linguagem verbal nessas ações:

6 A maioria dos pesquisadores focados na linguagem deixam de listar entre as pistas contextualizadoras, sinais de semioses concorrentes, como gestos, expressões faciais, postura corporal, disposição espacial, igualmente importantes no processo de construção de sentido. Esse é, por excelência, um vício de olhar: como lingüistas, estamos acostumados a investigar as marcas lingüísticas. Nossos meios de coleta de dados, nossas análises convergem para elas. Em termos da coleta e registro de dados (transcrições de fala), por exemplo, dispomos de convenções amplamente divulgadas, o que não acontece em relação aos registros de outras semioses, como o gesto, por exemplo.

Mais lingüísticas

1. *Conversação telefônica, leitura de um romance, audiência a noticiário radiofônico;*
2. *conversação face-a-face, audiência a noticiário televisivo, leitura de uma reportagem de jornal (com fotos, gráficos);*
3. *realização de transações comerciais, assistir a filmes, a uma apresentação teatral;*
4. *participação em jogo de basquete, partida de tênis, fazer amor;*

Menos lingüísticas

5. *tocar num quarteto de cordas, dançar uma valsa*

Na categoria **1**, tudo o que se faz envolve a linguagem verbal. Na **2**, muito do que se faz requer a linguagem verbal, mas requer também outras semioses: gestos, imagens, gráficos, seqüências de vídeo sem os quais a linguagem verbal restaria incompreensível. Na categoria do **meio**, ações não lingüísticas e lingüísticas estariam numa relação mais equilibrada e interdependente. Na categoria **4**, o foco está na ação física e a linguagem é largamente incidental. Ao final, temos atividades conjuntas em que a linguagem não deve ter lugar (mas pode aparecer). O que CLARK reconhece é a dificuldade em se estabelecer uma linha divisória nesse contínuo, separando o discurso do não-discurso. Em todo o contínuo a linguagem verbal usada não pode ser compreendida a não ser junto com as ações conjuntas de que faz parte. Em **1** e **2** (e mesmo em **3**) temos claros exemplos de discurso. A linha divisória poderia, então, ser posta a partir daí? Para CLARK, não, porque no resto do contínuo, ainda que a linguagem não seja essencial à ação conjunta, ela cria uma relação ao longo da ação (a fala, os gritos entre os jogadores de basquete, por exemplo).

A questão é, pois, o que se estabelece como uso de linguagem. A partir da hipótese de GUMPERZ ou de CLARK, qualquer ato comunicativo (qualquer sinal) é uso de linguagem. Qualquer pista contextualizadora é reconhecida como linguagem em seu sentido mais geral por ser adquirida através da interação, por ser específica à cultura e por implicar processos sócio-cognitivos complexos em sua produção e significação.

Nos termos postulados na presente seção, *o discurso fica definido, em princípio, como um tipo de atividade conjunta ou moldura comunicativa em que a linguagem verbal tem papel proeminente.*

2. Considerações finais

A busca de entendimento sobre a dimensão social do processo de significação é, sem dúvida, uma agenda nobre para a Lingüística contemporânea. Mas nem sempre foi assim.

Ancorada na ancestralidade objetivista de suas análises, as reflexões lingüísticas percorreram cerca de 2500 anos tratando a língua como entidade

objetificada, como sistema de cuja constituição se exclui o sujeito. Relegando a **resíduo** o que escapava de seus critérios de “cientificidade”, a Lingüística recortou seu objeto para aquém do evento discursivo, do usuário, dos processos de significação, do cenário da enunciação. Ainda: restringiu o estudo do significado ao nível da sintaxe ou do léxico e, quando considerou o contexto, tratou-o como uma ordem de fatores pré-determinados, estáticos e exteriores à linguagem, como sexo, idade, classe social, profissão, escolaridade etc.

Nas três últimas décadas, no entanto, a Lingüística começou, de modo paulatino, a distanciar-se epistemologicamente da fixidez do olhar formal, passando a reconhecer a indissociabilidade entre os fenômenos de natureza lingüística e contextual e a abrir-se para um olhar multidisciplinar na definição de seus princípios teóricos e analíticos.

É fato inegável, historicamente, que a Lingüística nunca esteve só: não há como negar a influência da Sociologia de Durkein na Lingüística de Saussure; da Psicologia Behaviorista sobre a teoria lingüística de Bloomfield, da Filosofia Cartesiana na gramática gerativa de Chomsky e assim por diante. A influência de outras disciplinas sobre a Lingüística (e vice-versa) não é, portanto, o fato novo; mas sim o reconhecimento de que a *especificidade de uma ciência resulta de um equilíbrio, sempre instável, entre diversas disciplinas* (Vion, 1992: 16). A diferença é que a Lingüística pós-saussuriana que tentava definir a sua especificidade frente a outras disciplinas a partir do *princípio da autonomia*, abre mão dessa *imanência* na definição de seu objeto.

Nesse cenário de contribuições e redefinições, uma hipótese erguida por diversos campos da ciência – **a postulação do caráter social da cognição humana** – tem papel definidor para uma Lingüística que reconhece a sensibilidade da expressão lingüística às pressões do uso, passando a considerar o evento discursivo em sua moldura **lingüística, cognitiva e interativa**. Esta é a premissa motivadora da Hipótese Sócio-cognitiva que impõe a si uma agenda investigativa que tem como pergunta o *processo de produção do sentido*, i.e., como a significação é construída e não qual o significado a ser atribuído ao discurso. Nossa hipótese é de que se não se pode antecipar o sentido, pode-se descrever (e quiçá, explicar) o processo da significação. Assim, em lugar da tarefa inócua de parafrasear infinitas vezes o discurso em busca do sentido, buscam-se ferramentas capazes de desvelar as intrincadas relações entre cognição, linguagem e realidade social na produção da significação.

A epígrafe – *O homem é um animal suspenso nas teias de significação que ele próprio tece* (Geertz) – que abre este artigo traduz, através da metáfora da teia, uma idéia aproximada da complexidade do processo investigado. Cada fio dessa trama cruza, mescla-se com outros tantos fios num jogo renovável de significações múltiplas. O que se deseja captar é exatamente a tessitura dessa teia, o PROCESSO no que ele comporta de estabilidade e movimento. A convicção metodológica desse percurso decorre de uma persuasão: se o caráter social da cognição imprime a singularidade de nossa espécie e se a linguagem é um modo da cognição, não há outro caminho para se chegar à forma e à significação lingüísticas a não ser enfrentando o complexo entrelaçamento entre os processamentos social e cognitivo das ações conjuntas de linguagem.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. 1962. *How to Do Things with Words* Oxford: Clarendon Press.
- CLARK, Herbert H. 1992. *Arenas of Language*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 1996. *Using Language*. Cambridge: University Press.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. C. 1987. *Politeness – Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press,
- FAUCONNIER, Gilles. 1994. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press
- _____. 1997. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge University Press.
- GOFFMAN, Erving. 1998 [1979]. Footing. In: Ribeiro, B.T & Garcez, Pedro M. (org.) *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: Editora AGE Ltda.
- GUMPERZ, J. J. Contextualization and understanding. 1992. In DURANTI, Alessandro, GOODWIN, Charles (eds). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, J.J. 1998 [1982] Convenções de Contextualização. In: Ribeiro, B. Telles e Garcez, P.M. (org.). *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: Editora AGE Ltda.
- DURANTI, Alessandro & GOODWIN (eds). 1992. *Rethinking context. Language as interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. R.. *Language and woman's place*. 1975. New York: Harper Colophon Books.
- LAKOFF, George. 1987. *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University Chicago Press.
- MIRANDA, N. S. (1999) *Domínios conceituais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. In: Veredas, v.3. Juiz de Fora: EdUFJF.
- _____. (2000) *A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores*. Tese de doutoramento em Educação. UFMG
- PEREIRA, Maria das Graças Dias. 1997. Debate e réplica no discurso acadêmico escrito em Lingüística. In : Pereira, M.G.D. (org.) *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- SALOMÃO, M. M. Martins. 1996. Projeto integrado de pesquisa. Espaços mentais e a gramaticalização das representações espaço-temporais em Português UFJF/CNPq. mimeo.
- SALOMÃO, M.M. Martins 1997. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. In : *Veredas*. Juiz de Fora: EDUFJF, v.1- n. 1. Jul/dez.
- SALOMÃO, M. M. Martins. 1998. Anotações de curso e palestras.

- SALOMÃO, M. M. Martins. 1999. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*. Projeto Integrado de Pesquisa. UFJF/UERJ/UFRJ. mimeo.
- SEARLE, R. John. 1969. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEARLE, R. John. 1995 [1979]. *Expressão e Significado – Estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes.
- SWEETSER, Eve. 1990. *From etymology to pragmatics – Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: University Press.
- SWEETSER, Eve & Gilles FAUCONNIER. 1996. Cognitive Links and Domains: Basic Aspects of Mental Space Theory. In: G. FAUCONNIER & E. SWEETSER (eds). *Spaces, Worlds, and Grammar*. Chicago and London, The University of Chicago Press, pp.1-28.
- TANNEN, Deborah & WALLAT, Cynthia. 1987. Interactive Frames and Knowledge Schemas in Interaction: Examples from a Medical Examination/Interview. In: Tannen, D. *Framing in Discourse*. NY: Oxford University Press.
- TOMASELLO, Michael. 1999. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge: Harvard University Press.
- VION, Robert. 1992. *La Communication Verbale*. Paris: Hachette.